

FREGUESIA DE FÃO**Aviso n.º 13821/2011**

Para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho do mapa de pessoal, na carreira/categoria de assistente operacional para a actividade de limpeza, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a candidata Maria Cândida Arantes Gomes Ferreira, com a remuneração mensal correspondente à 1.ª posição remuneratória e 1.º nível remuneratório, correspondente a € 485, por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 107, de 02/06/2010, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2011.

27 de Junho de 2011. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Luís António Sequeira Peixoto*.

304845456

FREGUESIA DE SADO**Editais n.º 674/2011****Ordenação Heráldica Brasão, Bandeira e Selo**

Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos, presidente da Junta de Freguesia do Sado, do município de Setúbal.

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia do Sado, do município de Setúbal, tendo em conta o parecer emitido em 10 de Maio de 2011, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q), do n.º 2 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 24 de Junho de 2011.

Brasão: escudo de vermelho, flamingo de prata entre duas ânforas do tipo romano, de ouro; campanha diminuta de três tiras onduladas de prata e azul. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: “SADO”.

Bandeira: branca. Cordão e borlas de prata e vermelho. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com a legenda: “Junta de Freguesia do Sado — Setúbal”.

29 de Junho de 2011. — O Presidente, *Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos*.

304853807

FREGUESIA DO SOBRALINHO**Aviso n.º 13822/2011**

Abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional conforme caracterização no Mapa de Pessoal, em regime de contrato por tempo determinado.

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, do n.º 2, do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, adaptada à administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, torna-se público que por deliberação favorável do órgão deliberativo de 21 de Junho de 2011, e do órgão executivo, de 14 de Junho de 2011, se encontra aberto pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo determinado — termo resolutivo certo — para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Operacional, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia do Sobralinho.

2 — Considerado a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à Entidade Centralizadora para Constituição de Reserva de Recrutamento (ECCRC), não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, “A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade e oportunidades entre homens

e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

4 — No âmbito do presente procedimento, dá-se cumprimento ao estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro no que respeita ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência.

5 — Legislação aplicável — Ao presente procedimento concursal, serão aplicadas as regras constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, adaptada à Administração Autárquica, pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, o Decreto-Lei n.º 442/1991, de 15 de Novembro, o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, o Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho e a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

6 — Prazo de validade — O procedimento concursal é válido para preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 40.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

7 — Local de Trabalho — As funções vão ser exercidas na área da Freguesia do Sobralinho.

8 — Caracterização do Posto de Trabalho — Para além das funções previstas no mapa anexo à Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o titular deste posto de trabalho irá proceder a funções correspondentes à responsabilidade do manuseamento de todo o espaço físico do pavilhão.

9 — Posicionamento Remuneratório — Nos termos da alínea a), do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, os trabalhadores que sejam detentores de prévia relação jurídica de emprego público, terão a remuneração correspondente ao posicionamento do trabalhador na carreira de origem; caso não sejam detentores de relação jurídica de emprego público, a remuneração será a correspondente à primeira posição remuneratória definida para esta carreira.

10 — Duração do Contrato — O prazo para a contratação é de 12 (doze) meses — Termo resolutivo certo — podendo ser renovado e o fundamento legal é o constante da alínea h), n.º 1, do artigo 93.º, do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, consubstanciando-se num aumento excepcional e temporário de trabalho, devido a protocolos celebrados com a Câmara Municipal para a exploração do pavilhão municipal do Sobralinho.

11 — Requisitos de Admissão — Poderão candidatar-se ao procedimento concursal todos os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, reúnam os requisitos gerais de admissão, definidos no artigo 8.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou seja:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

12 — Área de Recrutamento

12.1 — Para cumprimento do n.º 5 do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento inicia-se de entre os trabalhadores que não pretendam conservar a qualidade de sujeitos de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, ou, se encontrem colocados em situação de mobilidade especial.

12.2 — Não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares de categoria e, não se encontrem em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal desta Junta de Freguesia idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

12.3 — Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade da freguesia, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho, por aplicação do disposto no número anterior proceder-se-á nos termos do n.º 6, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecido, conforme deliberação favorável do órgão deliberativo da freguesia de 21 de Junho de 2011 e da Junta de Freguesia de 14 de Junho de 2011.

12.4 — Habilitações literárias exigidas: É exigido aos candidatos a posse da escolaridade mínima obrigatória, de acordo com a idade, nos seguintes termos:

- a) Para os nascidos antes de 31/12/1966 — 4.º Ano;
- b) Para os nascidos entre 01/01/1967 e 31/12/1980 — 6.º Ano;
- c) Para os nascidos a partir de 01/01/1981 — 9.º Ano.

13 — Formalização das Candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas, até ao prazo fixado no ponto 14, mediante requeri-